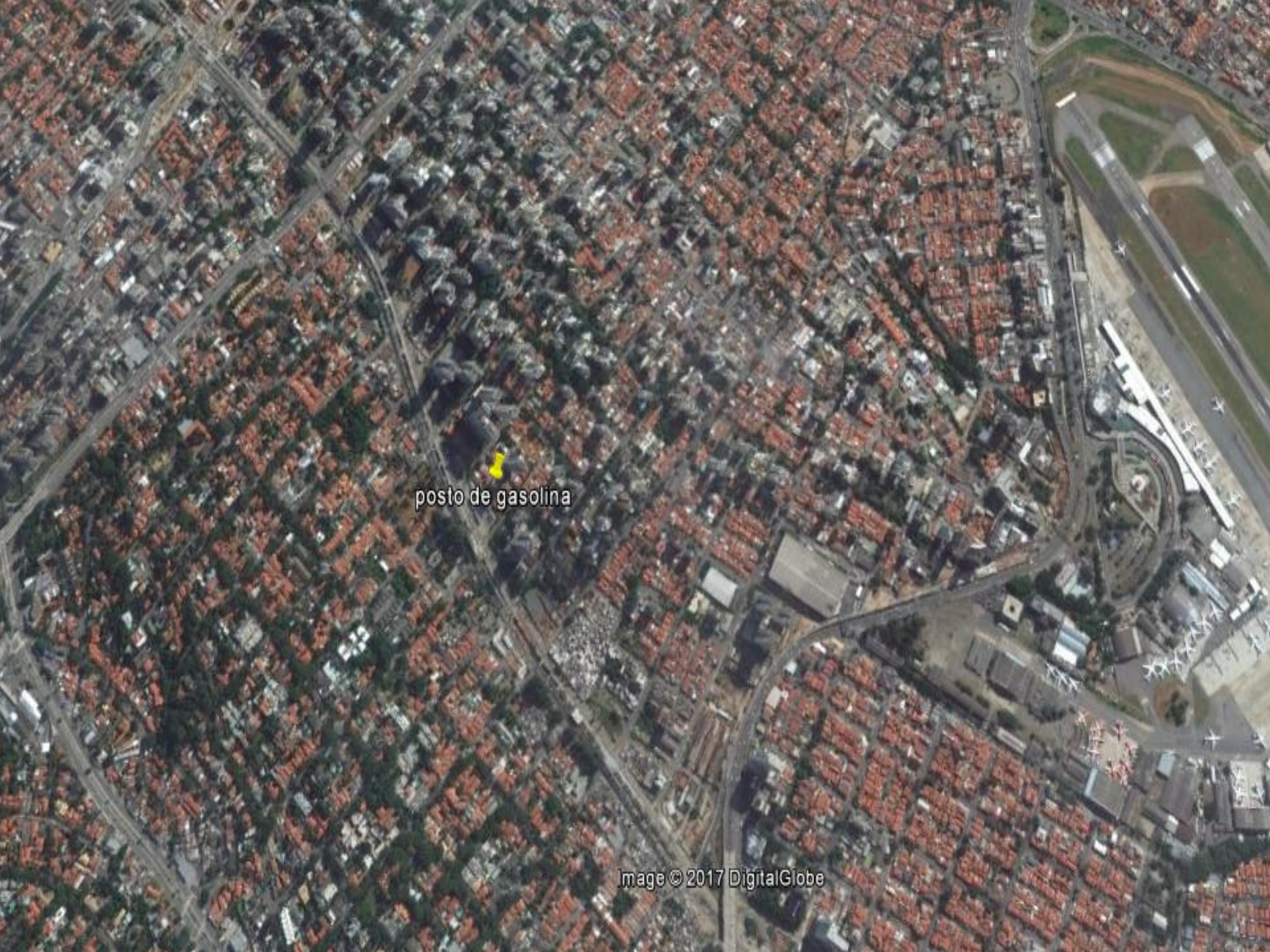


# Deliberação CONSEMA

*Reconhece como atividade de baixo impacto ambiental a implementação ou a regularização de edificações em imóveis urbanos cujas Áreas de Preservação Permanente (APPs) tenham perdido suas funções ambientais.*



posto de gasolina





aumento da área construída

# **Art. 1º - ÁREA URBANA CONSOLIDADA**

- I - incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;
- II - com sistema viário implantado e vias de circulação pavimentadas;
- III - organizada em quadras e lotes predominantemente edificadas;
- IV - de uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou voltadas à prestação de serviços; e
- V - com a presença de, no mínimo, três dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:
  - a) drenagem de águas pluviais;
  - b) esgotamento sanitário;
  - c) abastecimento de água potável;
  - d) distribuição de energia elétrica; e
  - e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

## **Art. 2º - APP QUE PERDEU SUA FUNÇÕES AMBIENTAIS**

- I - não mais exerça a função de preservação de recursos hídricos;
- II - sua ocupação não comprometa a estabilidade geológica;
- III - não desempenhe papel significativo na preservação da biodiversidade;
- IV - não seja relevante para facilitar o fluxo gênico de fauna e de flora;
- V - sua preservação não tenha relevância para a proteção do solo ou para assegurar o bem-estar das populações humanas.

# Análise da Perda de Função

- **APP de curso d'água** - na extensão de **1.000 metros** à montante e à jusante do limite da área onde se pretende regularizar ou implantar a edificação ou todo o curso d'água se sua extensão for menor do que a indicada anteriormente;
- **Outras APPs** - todas as áreas localizadas a menos de **100 metros** dos limites da propriedade onde se pretende regularizar ou implantar a edificação.

# Análise da Perda de Função

<b>Função Ambiental da APP (conforme o artigo 3º, inciso II, da Lei federal nº 12.651/12)</b>	<b>Indicadores a serem analisados para avaliação da perda de função da APP Urbana</b>
<b>Preservação dos recursos hídricos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Quanto ao corpo d'água: canalizado ou não canalizado, retificado ou não retificado;</li><li>• Presença de concreto, solo e/ou vegetação;</li><li>• Existência de via pavimentada e/ou outra área impermeabilizada entre o empreendimento e o recurso hídrico.</li></ul>
<b>Estabilidade geológica e proteção do solo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Inclinação do terreno e a possibilidade de solapamento, erosão e colapso das edificações existentes.</li></ul>
<b>Biodiversidade e Fluxo gênico de flora e fauna</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conectividade e proximidade com outras áreas protegidas;</li><li>• Corredores ecológicos;</li><li>• Área contígua a unidades de conservação, parques urbanos e maciços florestais</li><li>• Possibilidade de reestabelecimento da conectividade com fragmentos de vegetação e do fluxo gênico em caso de demolição de construções existentes.</li></ul>
<b>Assegurar o bem-estar da população humana</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• O histórico de inundações;</li><li>• Suceptibilidade da área à inundações ou situação de risco</li><li>• Condição para implantação de solução de saneamento adequada</li><li>• Existência de áreas verdes/permeáveis próximas.</li></ul>

## Art. 6º

Será exigida **compensação ambiental**, nos termos da Resolução SMA nº 07/2017, para o total da Área de Preservação Permanente (APP) objeto de regularização ou de emissão de autorização para intervenção.